

HUGO CHÁVEZ E A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA NA VENEZUELA

Carlos Cesar Almendra¹

A partir da explicitação do rumo conservador do governo Lula, grande parte da esquerda brasileira e latino-americana passou a depositar suas esperanças no governo Hugo Chávez na Venezuela. Para que possamos entender àquilo que, a partir de 1999 passou a ser comumente conhecida pela grande imprensa internacional como: “Fenômeno Chávez” ou “Furacão Chávez”, se faz necessário entender que a ascensão e as esperanças agora depositadas no líder venezuelano só podem ser compreendidas baseadas em três aspectos fundamentais: 1) recorrer à própria história para que entendamos o processo que culminou no chavismo; 2) entender a particularidade da base material venezuelana que difere e muito dos demais países latino-americanos neste momento e; 3) verificar como a Venezuela pode contribuir para a luta pelo socialismo no século XXI. Em que pese a brevidade deste artigo, trataremos destes três aspectos de forma conjuminada.

No período da formação teórica em que Hugo Chávez fez parte da Academia Militar, as discussões abarcavam temas como o marxismo, o papel da mulher na sociedade e a função das Forças Armadas no jogo político nacional. Além disso, “os oficiais eram obrigados a cursar disciplinas como sociologia, história e humanidades nos principais centros de excelência da Venezuela, onde se discutiam as teses comunistas, bem como as revoluções e contra-revoluções na América Latina, o imperialismo norte-americano e as alternativas dos países subdesenvolvidos para manter a soberania nacional em meio aos dois pólos da Guerra Fria”². Quando fez parte do Batalhão de Caçadores no interior do país, teve a oportunidade de estudar os livros marxistas e nacionalistas que influenciavam os guerrilheiros de seu país. Admirava dois estadistas: 1) Juan Velasco Alvarado, que chegou ao poder do Peru em 1968 por golpe de estado e fez do antiimperialismo sua plataforma de poder, expropriando os bens de empresas dos EUA e realizando uma reforma agrária que beneficiou 375 mil famílias rurais; 2) general Omar Torrijos, presidente do Panamá, responsável pelo acordo com os EUA de devolução do canal do Panamá aos panamenhos.

¹ Professor de Sociologia e História Econômica no Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA) e Mestre pelo Programa de Integração da América Latina (PROLAM/USP).

² Uchoa, Pablo. *Venezuela – A encruzilhada de Hugo Chávez*, São Paulo, Globo, 2003, p. 129.

Para Hugo Chávez e parte da esquerda venezuelana, prevalece a idéia de que as lutas empreendidas naquele país, passam necessariamente pelo viés do ideário bolivarianista, que se assenta sobre três figuras centrais: 1) *El Libertador*, ou seja, o próprio Simón Bolívar, que atuou nas lutas pela libertação da Venezuela e Colômbia (1819), do Equador (1822) e da Bolívia (1825); 2) Simón Rodríguez, professor de Bolívar, que na década de 1820 defendia uma educação de caráter igualitária, incluindo aí os filhos de negros e índios, num momento no qual se mantinha a escravidão. Defendia também que a América deveria desenhar sua própria identidade e não simplesmente imitar as grandes potências; 3) Ezequiel Zamorra, líder popular do século XIX, tinha um verdadeiro horror à oligarquia e defendia que os movimentos de camponeses e militares deveriam lutar pela reforma agrária e pela democracia direta.

Vale lembrar os três libertadores empreenderam suas lutas no início do século XIX, portanto período histórico cujas: 1) as lutas progressistas na América Latina significavam lutar contra a metrópole em favor da independência; 2) a obra marxiana sequer existia.

Já no século XX, inicialmente a esquerda venezuelana estava orientada pelo Partido Comunista Venezuelano (PCV), amalgamado com as teses stalinistas da III Internacional, que preconizavam a América como um continente de restos feudais e cuja tarefa do partido, era fazer uma aliança com a burguesa nacional progressista.

Desse modo, não demorou muito para surgir as primeiras dissidências políticas. Dentre os partidos que surgiram estão: a Vanguarda Comunista (VC), o *Movimiento al Socialismo* (MAS)³, *La Causa Radical* (LCR)⁴, o Partido da Revolução Venezuelana (PRV)⁵ e a Aliança Revolucionária de Militares Ativos (ARMA)⁶.

³ Fundado em janeiro de 1971, como dissidência do PCV, e cuja definição inicial se colocava a visão crítica do marxismo que deveria ser integrada com outras correntes progressistas do pensamento. Tornou-se um importante partido no país, lançando a candidatura presidencial de Vicente Rangel (atual vice-presidente do país) em 1973 e a do próprio Teodoro Petkoff em 1983. Em 1987, ocorreu sua fusão com o MIR, que havia abandonado a luta armada e em 1993 apoiaram a candidatura vencedora de Rafael Caldera (1993-1998), na qual Petkoff assumiu o ministério do Planejamento e apesar de ter abandonado o marxismo e se reivindicar social-democrata, acabou conduzindo a *Agenda Venezuela*, um plano econômico definido em acordo com o FMI. Quando o partido resolveu apoiar Chávez em 1998, Petkoff desligou-se do partido.

⁴ Fundado em 1970, por um ex-guerrilheiro chamado Alfredo Manero, por ser um partido de massas e que se mantinha distante da ortodoxia do PCV. Em 1997, sofreu uma divisão gerando o Partido Pátria para Todos (PPT), que fez parte da coligação que elegeu Chávez.

⁵ Douglas Bravo, fundador do PRV – que nos anos 90 passou a se chamar Terceiro Caminho – assim relata os acontecimentos que culminaram no rompimento com o PC: “Nossa expulsão se dá porque reivindicávamos os elementos teóricos de Simón Bolívar, de Simon Rodrigues, de Ezequiel Zamora e de outros pensadores venezuelanos, cujos princípios entravam em choque com a ortodoxia do pensamento soviético. Nós publicamos um documento chamado *Marxismo-leninismo-bolivarianismo*, onde pela primeira vez se colocou a questão da nacionalização do pensamento revolucionário”⁵

Quanto à militância de Chávez, segundo próprio depoimento, seu engajamento político ocorreu devido sua primeira grande crise existencial em dezembro de 1977, onde percebeu que os camponeses pobres se engajavam na guerrilha e eram massacrados por outros camponeses pobres, que na ausência de emprego, entravam para o exército e recebiam tais funções de repressão popular. Por outro lado, os guerrilheiros quando faziam suas emboscadas, também fustigavam os militares. Em suma, eram pobres fardados lutando com os pobres não-fardados, em tempos do *Pacto do Punto Fijo*.⁷

Dada esta situação e a corrupção generalizada que ocorria no governo, Chávez tentou articular um grupo político no interior das forças armadas para sublevação – o Exército de Libertação do Povo Venezuelano (ELPV) –, mas a iniciativa não prosperou. Depois de alguns anos, o desdobramento da primeira tentativa resultou na fundação – do Exército de Libertação do Povo da Venezuela, que se transformaria em 17 de dezembro de 1982 – dia do bicentenário do nascimento de Simón Bolívar – no Exército Bolivariano Revolucionário (EBR-200) –, cujo intuito era promover uma “união cívico-militar” e lutar por eleições populares, reforma agrária, soberania do país e luta contra a oligarquia.

Quanto à união cívico-militar, este é um termo muito recorrente na política venezuelana, cujo foco central é o estabelecimento de uma aliança entre militares e os não-militares. Tais premissas baseiam-se em três fatores: 1) o perfil da formação dos militares de esquerda no país que, inclusive, vêm nas lutas da Coluna Prestes e na história pessoal de Luiz Carlos Prestes, um referencial prático do engajamento do militar nas questões políticas; 2) diante da carência da organização popular, ofuscada na vigência do *Pacto de Punto Fijo* pela repressão ao PCV e demais partidos e movimentos sociais, essa unidade tem se mostrado indispensável para o êxito da revolução bolivariana e; 3) para que ocorra uma confluência entre o conhecimento prático militar e o indivíduo não-militar, Hugo Chávez criou as milícias não-militares, cujo intuito é defender e aprofundar as conquistas da revolução bolivariana.

⁶ Grupo organizado fundado na Aeronáutica em 1983, cujo principal dirigente era o piloto de caça e major William Izarra, – afastado das atividades militares entre 1984 e 1989 por atividades esquerdistas – que por intermédio do comandante Luis Reyes Reyes, militante de *La Causa R*, conheceu Hugo Chávez.

⁷ Com o fim da ditadura de Perez Jimenez (1948-1958), foi firmado um pacto que durou até 1998 – com o aval dos EUA –, que consistia num acordo de partilha do poder para as diversas frações da burguesia interna, cooptando os sindicatos e com a alternância do poder entre os partidos de direita AD e COPEI, isolando e perseguindo os militantes do PCV.

Os vários partidos políticos de esquerda, com o passar dos anos, tiveram contatos direta ou indiretamente com Chávez e o EBR-200⁸, até culminar na tentativa do golpe de estado frustrado em 1992, o que levou à detenção de Chávez e seus aliados.

Nota-se, portanto, que a figura de Simón Bolívar é presença quase que obrigatória na práxis política venezuelana. Assim como Caio Prado Júnior no Brasil e José Carlos Mariátegui no Peru se empenharam em contrapor-se à visão hegemônica stalinista de interpretação da realidade de seus países, a esquerda venezuelana teve seus interlocutores. Portanto, para o entendimento dos embates que se colocam na Venezuela hoje, é necessário tomar como relevante a preocupação que seus partidos têm com os ideais preconizados pelo bolivarianismo, sobretudo porque os pensamentos de Simón Bolívar, influenciam além dos venezuelanos, o movimento guerrilheiro das FARC na Colômbia. Deste modo:

“a história do bolivarianismo na Venezuela é também a história da esquerda traída deste país, uma esquerda que passou anos à margem da política negociada no Congresso e nas instâncias oficiais do poder. Parte dela veio se refugiar nos Andes na década de 1960, onde nasceram as primeiras células guerrilheras inspiradas na revolução cubana. Assim nasceu uma ideologia que fundia o sonho de Simón Bolívar com as teorias socialistas que, à época, se importavam da Europa e da Rússia.”⁹

No que concerne à economia venezuelana, o país têm uma peculiaridade ímpar que a difere das demais nações latino americanas: o país é o quinto maior produtor de petróleo do mundo, sendo que a estatal PDVSA é a empresa mais rentável da América Latina. Devido a guerra dos EUA contra o Iraque, a diminuição de oferta de petróleo pela OPEP e a elevação de preços – passou de US\$ 30,30 em outubro de 2003 para US\$ 53,24 em outubro de 2004,¹⁰ – em parte devido à pressão e influência do governo Chávez na OPEP, propiciou-se uma situação em que este país têm divisas suficientes para continuar pagando os juros da dívida externa e ao mesmo tempo investir em escolas e hospitais públicos, promover a reforma agrária, compras armamentos,

⁸ No caso do PRV, foi por intermédio do professor universitário e membro do partido, Adán Chávez – irmão de Hugo Chávez – que se promoveu um encontro entre seu irmão – já uma liderança ascendente no interior do Exército – e Douglas Bravo na cidade de Mérida no início dos anos 80.

⁹ Uchoa, Pablo, *Idem*, p. 105.

¹⁰ Fonte: *Oil Market Report (AIE) in: Almanaque Abril [Mundo 2005] p. 32.*

diminuir impostos e a taxa de juros, aumentar o salário mínimo diversos projetos sociais.¹¹

Desde 1º de janeiro de 1976, o petróleo era nacionalizado no país, pois o estado visava aumentar sua participação na receita fiscal através da empresa por ele criado, ou seja, a PDVSA e, além disso, cessar a política de concessões. Porém:

“As 15 concessionárias privadas existentes no país – entre elas a Exxon, a Shell e a Mobil – logo integraram seus organograma, atuando como filiais no negócio. Argumentando-se que a nacionalização não poderia acarretar grandes abalos, o governo decidiu manter praticamente a mesma estrutura administrativa até então existente. Formalmente, a empresa estaria subordinada ao Ministério das Minas e Energia (MME). No entanto, dado o porte e o crescimento da estatal, a partir de 1983, a situação se inverteu e a corporação rapidamente adquiriu autonomia não só diante do Ministério, como também era relação ao poder público. Logo a PDVSA tratou de limitar seus deveres fiscais, mediante a criação de uma agenda cada vez mais divorciada do Estado. Rapidamente as grandes companhias transnacionais estabeleceram as estratégias de mercado da gigantesca petroleira venezuelana. Formalmente pública, a empresa distanciava-se cada vez mais de seus objetivos iniciais. Os próprios funcionários, mesmo os de graduação inferior, seguiam uma política salarial própria, criando um padrão de vida muito superior ao da maioria da população. Nessa época, a PDVSA ficaria conhecida como ‘um Estado dentro do Estado.’”¹²

O que o governo Chávez fez e que nenhum havia ousado até então, foi afastar os diretores ligados ao imperialismo estadunidense que forneciam petróleo da PDVSA por preços inferiores do mercado em troca de privilégios próprios e colocou a empresa sob controle do próprio governo. Assim, as receitas do petróleo que movimentam 80% da economia do país, passariam a ter a incumbência de impulsionar o projeto bolivariano.

Por uma questão de princípio, a esquerda internacional sempre defendeu a supressão dos pagamentos para a conversão dessa massa monetária sob a forma de investimentos sociais. Mais uma vez, aqui a realidade venezuelana é caso ímpar. Segundo Wilson Cano: “a dívida externa, que passa (em US\$ bilhões) de 34 em 1988 para 41 em 1993, é parcialmente amortizada com recursos de privatizações e atinge US\$ 31,6 em 1998.”¹³ No final de 2002 a dívida era de US\$ 22,5 bilhões para um PIB de US\$ 94,3 bilhões, uma relação dívida pública/PIB no patamar de 29%, portanto, mais favorável que a situação brasileira no patamar de 56% na época.

¹¹ Sobre estes projetos ver: Borges, Altamiro. *Venezuela: originalidade e ousadia*, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, janeiro/2005, p. 11-12 e 35-36.

¹² Maringoni, Gilberto. *A Venezuela que se inventa – Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 106.

¹³ Cano, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*, São Paulo, UNESP/UNICAMP, 1999, p. 527.

Segundo o ministro de Planejamento e Desenvolvimento, o venezuelano Jorge Giordani, o serviço da dívida consome US\$ 4 bilhões ao ano, é coberto plenamente pela receita petroleira e sequer é a preocupação central de Chávez. Para o ministro, as preocupações centrais de seu ministério é o combate à pobreza e a desnacionalização. E prossegue afirmando que se o governo tivesse se negado a pagar esses juros, seguramente o investimento internacional teria cessado.¹⁴

Sobre o combate à pobreza, a imprensa alternativa e algumas vezes, até mesmo a grande imprensa noticiam os empreendimentos sociais positivos do governo Chávez. Quanto à desnacionalização, o foco concentrou-se na maior empresa do país e assim:

“de imediato um ex-guerrilheiro, Ali Rodrigues, para a presidência da PDVSA e demitiu sumariamente milhares de diretores e gerentes – cerca de 18 mil dos 42 mil funcionários da empresa. Também extinguiu unidades fantasmas da estatal e transformou seus prédios em equipamentos sociais, como a Universidade Bolivariana. Conforme o presidente enfatizou na ocasião, ‘a partir de agora a PDVSA deixará de ser uma caixa-preta, um Estado dentro do Estado, e os recursos do petróleo servirão ao bem-estar dos venezuelanos e ao desenvolvimento do nosso país.’”¹⁵

No que tange ao investimento estrangeiro, até pelo fato de Chávez ser visto pelo empresariado mundial como um homem de esquerda, ligado a Fidel, as inversões internacionais são modestas. Para um país que no início deste século importava cerca de 70% dos alimentos, esta é uma empreitada nada fácil. Sem embargo, o governo venezuelano procura contar com o apoio dos países vizinhos para a realização de alguns investimentos.

É nesse diapasão que devemos entender as seguintes iniciativas: intercâmbio em diversas áreas com Cuba como fornecimento de combustível com preços subsidiados e construção de refinarias, tendo em contrapartida: o recebimento de 13.000 médicos para atendimento popular nas periferias das grandes cidades venezuelanas, aplicação da metodologia pedagógica cubana para alfabetização em massa, remédios populares subsidiados; do estabelecimento da ALBA no lugar da ALCA; da criação da Petrosul juntamente com Brasil e Argentina envolvendo as empresas nacionais petrolíferas de cada país e avanço tecnológico de prospecção e refino conjunto; da tentativa de iniciar

¹⁴ Maringoni, Gilberto. *Idem* p. 68.

¹⁵ Borges, Altamiro. *Venezuela: originalidade e ousadia*, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, janeiro/2005, p. 54.

um projeto nuclear buscando apoio com a Argentina, Brasil e; da consolidação da TV multiestatal Telesur, juntamente com Argentina, Cuba, Uruguai.

O fato da dívida externa não ser o ponto nevrálgico do país, não quer dizer que seja problema a ser desconsiderado. Em agosto de 2004, Chávez fez a seguinte declaração na Sessão Extraordinária da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI):

“Nem sequer falo por meu país que não é o caso mais grave no continente latino-americano, mas para dar uma idéia, quando chegamos ao governo, a Venezuela tinha uma dívida externa de 25 bilhões de dólares mais ou menos, pagamos sem falta, mesmo em tempos de sabotagem petrolífera, quando os terroristas internos apoiados por seus aliados internacionais sabotaram refinarias, oleodutos, portos, e passamos mais de um mês sem exportar nem uma gota de petróleo, o qual fez com que perdêssemos 10 bilhões de dólares nesses dois meses de greve. Apesar disso, pagamos sem falta a dívida. Pagamos desses 25 bilhões de dólares quase 20 bilhões e devemos quase o mesmo. Isso é ético – se pergunta – que responsabilidade têm os credores nisso?”¹⁶

Em suma, no que tange à dívida externa, vale ressaltar que a Venezuela passa por uma situação singular, pois não existe nenhum caso anterior, dentre os países do chamado “Terceiro Mundo”, que consegue manter os pagamentos dos juros da dívida externa e ao mesmo tempo não solapar sua economia interna e pelo contrário fazer maciços investimentos sociais. Deste modo, o país não promoveu uma ruptura frontal com o capital até este momento e procura diversificar sua base produtiva.

De qualquer maneira, é preciso levar em conta que os preços do petróleo são regulados pelo mercado internacional e o capital pode, no futuro, tentar minar a revolução bolivariana por aí. Basta imaginar que no final do governo de Rafael Caldera (1993-1998), o barril de petróleo custava U\$ 21,91 em janeiro de 1997, chegou ao patamar de US\$ 8,74 em dezembro de 1998.

Contraditoriamente, esta mesma crise serviu para garantir a vitória de Chávez na eleição presidencial e assim, desde a sua chegada ao poder em 1º. de janeiro de 1999, foi adquirindo força política para suprimir a constituição vigente e tecer uma nova, como estratégia da sua “revolução bolivariana”.

Utilizando-se das próprias prerrogativas da democracia burguesa em voga, o governo saiu vitorioso nos oito pleitos realizados entre 1999 e 2004, arrebatando a

¹⁶ Ver www.unidadepopular.org/chavez2.htm

corrompida e subsumida plutocracia vigente. Chávez deu um nó nos opositores internos e externos uma vez que, tudo o que foi feito, ocorreu dentro da “institucionalidade e legitimidade”, ou seja, conforme as regras políticas capitalistas internacionais pré-existentes.

Conseguindo driblar com grande habilidade, os caminhos sinuosos do jogo político capitalista, foi deste modo que Chávez obteve apoio das nações latino-americanas no golpe de abril de 2002, obteve o apoio de FHC na paralisação dos 63 dias, não apresentou motivos para uma invasão militar dos EUA – o que seria diferente se Hugo Chávez estivesse no poder desde 1992, caso seu golpe tivesse alcançado êxito –, defendeu e continua defendendo com mais vigor a soberania e autonomia da nação, buscando uma integração política e econômica com os demais países latino-americanos.

Enquanto não tinha arrimo social suficiente, foi acumulando forças nas diversas instâncias institucionais políticas através dos pleitos, após ter vencido os cinco primeiros deles anunciou as Leis Habilitantes¹⁷, explicitando a opção do governo pelas camadas sociais mais baixas, e cindindo de vez a opinião pública até culminar na tentativa frustrada do golpe de abril de 2002.

De qualquer modo, mesmo com o apoio da maior parte do exército e da maioria da população, o golpe foi dado, mostrando que com o capital, toda a prudência é necessária. Mas Chávez comparou sua administração com a experiência chilena de Allende, e num discurso na avenida Simón Bolívar, no centro de Caracas, afirmou em 13 de abril de 2004, um ano após o golpe: “enquanto a revolução chilena era pacífica e desarmada, a nossa, com o apoio do Exército, é pacífica e armada!”

Arrimado na “institucionalidade e legitimidade”, Chávez ataca cotidianamente o imperialismo ianque em seus discursos e salienta que o Brasil deve tomar o mesmo caminho bolivariano, colocando o presidente Lula em situação embaraçosa. Não é à toa que o governante brasileiro aconselhou o “companheiro” venezuelano a adotar um tom menos radical perante os EUA.

Assim, a Venezuela se tornou a maior pedra no sapato do governo estadunidense na América do Sul. Tamanha é a preocupação que, numa visita ao Brasil da secretária de estado dos EUA, – Condollezza Rice – foi afirmado junto à imprensa brasileira que as democracias na América Latina são frágeis e que abrem caminho para o narcotráfico.

¹⁷ Anunciada em 13 de novembro e implantada a partir de 10 de dezembro, consistia num conjunto de 49 leis, dentre elas, àquelas que afrontavam os interesses burgueses envolvendo as leis de Terra, de Pesca e Hidrocarburos.

Além disso, elogiou o governo Lula e afirmou que Chávez deveria ser “lulalizado”¹⁸. Tal elogio tem uma razão de ser, afinal de contas além de ter aprofundado o modelo neoliberal de FHC, Washington vê em Lula, o arquétipo exemplar de presidente que deseja para a América Latina, enquanto que Chávez é o seu antípoda.

Na impossibilidade de chamar Hugo Chávez de ditador, e reconhecendo que a pobreza extremada pode fazer com que aqueles que “só têm os grilhos a perder” – para utilizar a expressão do final do *Manifesto Comunista* – possam optar por caminhos não afáveis ao imperialismo, agora Washington optou tratar o presidente venezuelano pela denominação “populista radical”. Tal caracterização não pode ser aplicado ao governo Chávez, uma vez que tudo foi votado e vencido conforme a democracia burguesa roga, tornando-se este argumento risível. Nas palavras de um importante militar ianque:

“Estamos vendo que as instituições democráticas na região estão sendo minadas por movimentos populistas, e o perigo é maior quando as lideranças políticas eleitas utilizam o apoio popular que obtiveram para minar ainda mais essas instituições. Temos visto também que essas democracias têm falhado em atender às demandas das classes marginalizadas. Essa subversão da democracia não é apenas uma questão política, já que põe em risco a segurança e a estabilidade dos governos, num ambiente em que podem florescer guerrilhas urbanas e grupos terroristas.”¹⁹

Diante do que foi exposto até aqui, a pergunta que fica no ar é: A Venezuela está caminhando e colaborando para a construção do socialismo no século XXI?

Devido à brevidade do texto, podemos aqui apenas traçar algumas rápidas considerações. Em primeiro lugar, é preciso levar em consideração que a teoria marxiana não é nem um manual de regras pronto e acabado que serve para explicar todas as situações possíveis e em qualquer momento da história. Segundo o próprio Marx no *Dezeto de Brumário*: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua vontade livre; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” É sob esta perspectiva que devemos olhar a idéia de inserção do

¹⁸ A Carlos Westendorp, um dos diplomatas mais experimentados da Espanha e que ocupa posto que lhe permite, em tese, fazer tal afirmação (embaixador em Washington). Foi publicada em 29 de março de 2005 em reportagem de José Manuel Calvo, correspondente do "El País" em Washington.

¹⁹ Fala do coronel David McWilliams, diretor de Relações Públicas do Comando Sul do Exército estadunidense, em nota à imprensa estrangeira em Miami, na Flórida. O Comando Sul é responsável por 30 países de América do Sul, Central e Caribe. *Folha de São Paulo* 01/mai/2005.

bolivarianismo na concepção e nas lutas cotidianas de Hugo Chávez, além dos motivos já assinalados anteriormente.

Quanto aos diversos grupos, movimentos populares, sindicatos e partidos de esquerda, estes devem aproveitar-se do momento de melhorias dos níveis de salário, emprego, saúde e educação pública – da alfabetização ao ensino superior – para exatamente educar-se e educar o máximo de pessoas possíveis na perspectiva da compreensão da importância do socialismo para a própria população. Além desses grupos verifica-se a existência dos círculos bolivarianos, que mobilizaram milhares de pessoas para o retorno do presidente após o golpe de abril de 2002:

“criados em 17 de dezembro de 2001, no 19º. aniversário do MBR-200. (...) Estatutariamente, os círculos bolivarianos são grupos organizados, formados, por sete a onze pessoas, que se reúnem para discutir os problemas da sua comunidade, canalizá-los para o organismo competente e buscar a solução. Funcionam à concepção de assembléias populares, em que se discutem, sobretudo, matérias de interesse local e problemas do dia-a-dia, e a prestação de serviços comunitários. (...) o presidente Hugo Chávez criou os círculos bolivarianos para dar capilaridade à sua revolução, criando agentes de difusão do pensamento bolivariano que alcançam os pequenos recantos da sociedade aonde os pesados braços do Estado não podem chegar.”²⁰

Calcula-se que quase 2 milhões de pessoas estão envolvidas nestes círculos, cuja boa parte de seus membros integram as milícias paramilitares e que em breve receberão os armamentos comprados pelo governo junto à Rússia e Espanha. Estes círculos também já foram aos Comitês de Defesa da Revolução (CDRs) de Cuba, mas o que os diferem daqueles, é que sua proliferação não está necessariamente sob controle do governo. Eles se espalham rapidamente pelo país, juntamente com as mais de 200 rádios e TVs comunitárias com o objetivo de defender o que foi conquistado até então, mas também ir criando alternativas de decisões e cooperativismo para além do controle estatal. Ao explicar as razões dos avanços da revolução bolivariana, o presidente Hugo Chávez afirmou: “O elemento fundamental é a organização popular; eu a colocaria em primeiro lugar.”²¹

Depois das vitórias conquistadas em todos os pleitos em que o projeto bolivariano foi colocada à prova, e com projetos sociais que estão se consolidando, Chávez

²⁰ “Uchoa, Pablo. Idem p. 213-216.

²¹ *Brasil de Fato*, abril de 2004.

enrijeceu seus discursos antiimperialistas e de integração latino-americana. O que veio à baila nos últimos tempos, para além do seu bolivarianismo, é o fato de ter, agora, o cacife e estofado diplomático para apresentar-se como um humanista e socialista da “nova era”, como fez no seu programa televisivo dominical *Alô Presidente* de 20 de março de 2005.

Para finalizar, é importante também salientar que a Venezuela, através dos acordos firmados com Cuba na gestão Chávez, vem contribuindo não somente para romper o bloqueio econômico que a ilha sofre por imposição dos EUA, mas também devido ao fato de ter perdido o apoio da extinta URSS, provocando um colapso na economia cubana nos anos 90.²² Analisando os rumos e dificuldades da revolução cubana, Mészáros afirma: “A revolução cubana demonstrou sua solidariedade, de forma mais tangível, com a causa da emancipação humana em muitas ocasiões. Mas solidariedade é uma rua de duas mãos. A solidariedade internacional tem condições de dar uma contribuição significativa para os próximos quarenta e cinco anos da revolução cubana.”²³ Deste modo, é assim que a revolução bolivariana de Hugo Chávez presta sua solidariedade ao povo cubano e insere neste sinuoso caminho de construção do socialismo no século XXI.

²² Ver Almendra, Carlos Cesar. “A Situação Econômica Cubana Diante da Queda do Leste Europeu” *in* *Revolução Cubana – História e Problemas Atuais*, Coggiola, Osvaldo (org.), São Paulo, Xamã, 1998. p. 135-154.

²³ Mészáros, István. “Cuba: os próximos quarenta e cinco anos?”, *in: Margem esquerda*, no.2, São Paulo, boitempo, 2003, p. 18.